

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO

Clarissa Lins Cardozo Martino

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM APLICATIVOS DE DISPOSITIVOS MÓVEIS

Rio de Janeiro
2016

Clarissa Lins Cardozo Martino

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM APLICATIVOS DE DISPOSITIVOS MÓVEIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG/FACC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Ms. Ana Maria Ferreira de Carvalho

Rio de Janeiro
2016

M386s

Martino, Clarissa Lins Cardozo.

Segurança da informação em aplicativos de dispositivos
móveis/Clarissa Lins Cardozo Martino. – Rio de Janeiro, - 2016.
43 f. : il. 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Biblioteconomia) – Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades
de Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Ana Maria Ferreira de Carvalho

1. Segurança da informação. 2. Aplicativos móveis. 3.
Bibliotecas virtuais. I. Carvalho, Ana Maria Ferreira. II.
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Curso de Biblioteconomia e
Gestão de Unidades de Informação. III. Título.

CDU: 025.04

Clarissa Lins Cardozo Martino

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM APLICATIVOS DE DISPOSITIVOS MÓVEIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG/FACC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Rio de Janeiro, de de 2016.

Aprovado em:

Prof^a. Ana Maria Ferreira de Carvalho
Mestra em Computação – UFF
Orientadora

Prof. Robson Costa
Mestre em Memória Social - UNIRIO

Prof. Dr. Maria Irene da Fonseca e Sá
Doutora em Ciência da Informação - UFRJ

AGRADECIMENTOS

Gostaria de Agradecer primeiramente a Deus, por me dar luz e sabedoria para realizar esse trabalho. Agradecer também a minha mãe por sempre cuidar de mim e me criar da melhor maneira possível oferecendo-me oportunidades maravilhosas. A minha orientadora Ana Carvalho por ter muita paciência e me ajudar em todo o trabalho A minha adorável chefe e amiga, Jaqueline Silva e por me compreender e aceitar minhas condições. Ao meu amigo Bruno Ferraz por sempre me aturar estressada e me dar forças pra continuar.

MARTINO, Clarissa Lins. **Segurança da informação em aplicativos de dispositivos móveis**. 2015. 42 f. Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

RESUMO

A realização do presente trabalho surgiu com a necessidade de zelar pela segurança da informação dos usuários em aplicativos de dispositivos móveis. Percebeu-se ao longo do tempo que muitas informações se perdiam ou eram divulgadas sem o usuário que disponibilizou as mesmas ter nenhum conhecimento do fato. Neste trabalho foi realizada uma pesquisa exploratória qualitativa para fundamentar os conceitos e temas que serão abordados no trabalho; Tecnologia da Informação; Segurança da Informação; Bibliotecas Digitais, Virtuais e Eletrônicas. Foi realizada por meio de seleção os aplicativos para dispositivos móveis, busca na base de dados de aplicativos da Apple, a Apple Store, utilizando termos que recuperassem aplicativos com a funcionalidade de biblioteca móvel. Uma vez selecionados os aplicativos, suas políticas de privacidade foram analisadas, frente às normas ISO/ABNT 27:002. A mesma contém onze seções de controles de Segurança da Informação onde a seção contém um número de categorias principais de segurança da informação. Das onze seções desta norma: Política de Segurança da Informação; Organizando a Segurança da Informação; Gestão de Ativos; Segurança em Recursos Humanos; Segurança Física e do Ambiente; Gestão de Operações e Comunicações; Controle de Acesso; Aquisição, Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Informação; Gestão de Incidentes de Segurança da Informação; Gestão da Continuidade do Negócio; Conformidade. Foram aplicáveis somente cinco: Política de Segurança da Informação; Gestão de Operações e Comunicações; Controle de Acesso; Aquisição, Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Informação e Gestão de Incidentes de Segurança da Informação. Os resultados foram apresentados em um quadro de fácil compreensão de acordo com cada seção avaliada com os aplicativos, em sua grande maioria satisfatórios.

Palavras-chave: Segurança da informação. Políticas de segurança da informação. Aplicativos em dispositivos móveis. Bibliotecas móveis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Objetivos	9
1.1.1 Objetivo Geral.....	9
1.2 Objetivos Específicos.....	9
2 JUSTIFICATIVA	10
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
3.1 Sociedade da informação e Sociedade em rede	11
4 BIBLIOTECA DIGITAL, ELETRÔNICA OU VIRTUAL	15
4.1 Conceito.....	15
4.2 Web2.0.....	15
4.3 Biblioteca 2.0.....	16
5 POLÍTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM APLICATIVOS MÓVEIS	17
5.1 Segurança da informação e comunicação.....	17
5.2 Normas e padrões de segurança.....	18
5.3 Políticas de privacidade ou termos de segurança.....	19
6 METODOLOGIA DE PESQUISA	22
7 OS DISPOSITIVOS MÓVEIS	23
8 POLÍTICAS DE PRIVACIDADE	27
9 RESULTADO DA PESQUISA	28
9.1 QUADRO DE ANÁLISE.....	28
10 ANÁLISE DE RESULTADOS	29
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	32
ANEXO A	35
ANEXO B	36
ANEXO C	37

1 INTRODUÇÃO

A evolução tecnológica tornou seus instrumentos e aparelhos, como computadores, antigamente utilizado somente por especialistas cada vez mais acessíveis, tanto do ponto de vista da característica dos *hardwares* que foram se tornando mais portáteis (até chegarmos aos dispositivos móveis) e acessíveis no que se refere ao seu custo, quanto do ponto de vista do *software*, que foi se tornando cada vez mais amigável.

Frente a esse meio em que vivemos com muita troca de informação, a questão da segurança da mesma é uma preocupação constante. Sua evolução nos disponibiliza hoje a tecnologia de nuvem que possibilitou a expansão principalmente do uso de serviços, aumentando consideravelmente a produção e disseminação da informação em diversos formatos, com diversidade de uso. A internet possibilitou o uso de serviços e produtos, mas principalmente serviços através de dispositivos móveis para qualquer usuário.

Um mecanismo para assegurar as informações disponibilizadas por esses usuários são as políticas de privacidade. A função da mesma é garantir como e quais os dados de seus usuários serão preservados. Para Beal (2005) a definição de segurança da informação está relacionada a práticas de proteger a informação de ameaças que possam comprometer sua integridade, disponibilidade e confiabilidade.

Será apresentada a norma técnica da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) que prevê o conteúdo e as questões relevantes que devem estar presente nas políticas de privacidade (27002:2013).

A principal abordagem deste trabalho é observar as políticas de privacidade de aplicativos móveis relacionados ao termo “biblioteca virtual”. O tema abordado foi inspirado nos constantes fatos de divulgação de dados na internet. Isso vem ocorrendo com frequência, inclusive no Brasil. *Hackers* vêm desenvolvendo programas ou burlando a segurança virtual de bases de dados de bancos, lojas virtuais, *e-mails* pessoais e corporativos com objetivo de divulgar dados e até mesmo utiliza-los para fins criminosos como: realizar compra em nome de terceiros, disponibilizar imagens impróprias.

O objetivo é verificar se aplicativos disponíveis em aparelhos móveis (*smartphones*) estão de acordo com as normas de segurança da informação e se, por outro lado expõem os dados do usuário a riscos criminosos.

1.1 Objetivos

A seguir serão apresentados os objetivos que direcionam este projeto.

1.1.1 Objetivo Geral

Observar se as Políticas de Privacidade se preocupam com o usuário digital e avaliar e estão de acordo com a NBR ISO/IEC 27002:2013 de segurança da informação.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Avaliar a qualidade das Políticas de Privacidade dos aplicativos de bibliotecas virtuais da *Apple Store*.
- Verificar se os aplicativos atendem por completo ou parcialmente as recomendações da NBR ISO/IEC 27002:2013 de Segurança da Informação.
- Cotejar os aplicativos de bibliotecas virtuais com as normas, com a intenção de comparar e observar a Segurança da Informação disponibilizada para usuários.

2 JUSTIFICATIVA

O tema abordado no trabalho a seguir resulta a preocupação com o crescente número de aplicativos que são desenvolvidos e disponibilizados, que oferecem serviços e envolvem informações de terceiros e que deveriam estar preocupados com a questão da segurança das informações que são trocadas por esses serviços e que precisam estar claras em suas políticas de privacidade, buscando dar garantia aos seus usuários sobre o uso dessas informações.

O objetivo é verificar se aplicativos disponíveis em aparelhos móveis (*smartphones*) estão de acordo com as normas de segurança da informação e se expõe os dados do usuário a riscos criminosos.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

Para fundamentar este estudo é necessário compreendermos o conceito de “virtual” e de como o mesmo ajuda a esclarecer nossa sociedade e de que maneira vivemos com as evoluções e divisões das redes.

3.1 Sociedade da informação e Sociedade em rede

Segundo Pierre Lévy (1996) o conceito de virtual é como um complexo problemático, o nó de tendências e forças que acompanham uma situação, um acontecimento ou uma entidade qualquer. O autor ainda afirma que o virtual é tudo aquilo que não é físico ou material, e ainda diz que o mundo virtual não começa com os computadores ou com os códigos binários (0 e 1), que são físicos e reais. O mundo virtual começa desde a existência da humanidade. Por exemplo: você consegue pegar, ouvir, sentir e tocar os seres humanos, mas não consegue fazer o mesmo com o conceito de humanidade.

Ao contrário do que o termo nos remete, “virtual” é algo que nos acompanha desde os primórdios. O mesmo existe como potencial e não é oposto ao real e sim oposto ao atual.

Quando uma pessoa, uma coletividade, um ato, uma informação se virtualizam, eles se tornam “não-presentes”, se desterritorializam. Uma espécie de desengate os separa do espaço físico ou geográfico ordinários e da temporalidade do relógio e do calendário. É verdade que não são totalmente independentes do espaço-tempo de referência, uma vez que devem sempre se inserir em suportes físicos e se atualizar aqui ou alhures, agora ou mais tarde. No entanto, a virtualização lhes fez tomar a tangente. (Lévy, 1996, p.21).

A Era da Informação, de maneira geral, constitui o novo momento histórico em que a base de todas as relações se estabelece através da informação e da sua capacidade de processamento e de geração de conhecimentos. (Castells, 1999). Esse momento vem revolucionando a forma como as pessoas se relacionam, trocam informações, solicitam serviços e realizam transações comerciais.

Por outro lado, Levy (1998) ao explicar o virtual, a cultura cibernética, em que as pessoas vivenciam uma nova relação espaço-tempo, utiliza a mesma analogia da “rede” para indicar a formação de uma “inteligência coletiva” (Levy, 1998 *apud* Simões, 2009, p.1).

Diante do cenário de rede, Castells (2003, p.34-55) aponta a existência de uma cultura própria da internet que foi fomentada a partir da conjunção de outros quatro conceitos: tecnomeritocrática, a hacker, a comunitária virtual e a empreendedora. A implementação da internet ganhou força no início da década de setenta, entretanto, só a partir da década de noventa,

com a ajuda do capitalismo comercial, a mesma tornou-se parte da nossa rotina. Nessa época computadores domésticos com sistemas operacionais de fácil manuseio, começaram a ser vendidos por preços mais acessíveis para a população em geral e foi nessa época também que a internet se tornou mais amigável para usuários não especialistas.

“O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (Lévy, 1999, p.22).

Observa-se também que a linguagem que vem revolucionando a sociedade informacional é a linguagem digital. Com isso, a informação pode ser gerada; armazenada; recuperada; processada e disseminada, trazendo assim maior acesso e velocidade aos processos. Essa disseminação da informação está ligada diretamente a redes que são formadas por um conjunto de módulos e processadores capazes de trocar informações e partilhar recursos. A internet é um amplo sistema de comunicação que interliga redes sociais ou corporativas que trocam dados e geram a comunicação entre si.

De acordo com Regalo (2012, p.2) a partir da expansão da matéria, o homem se vê obrigado a criar novos instrumentos e se organizar de uma nova maneira, ocasionando mudança social e transformação dos equipamentos culturais e das relações estabelecidas. Somos impostos a mudar com o passar dos anos para nos adaptarmos as novas revoluções tecnológicas, principalmente se quisermos estar sempre atualizados.

A primeira impressão foi de que a internet foi criada pela fusão da estratégia militar, colaboração científica tecnológica e inovação. Contudo, por trás do desenvolvimento da internet havia redes científicas, institucionais e pessoais que transcendiam o departamento de defesa, grandes universidades de pesquisa e grupos de pesquisa especializados em tecnologia (Castells, 2002 *apud* Regalo, 2012, p.3). Atualmente a mesma rede atua para conectar pessoas fornecer serviços e dar acesso a informações diversas.

Pierre Levy (1999) afirmara que o ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge com a interconexão mundial de computadores. Hoje em dia, dificilmente você irá encontrar alguém se comunicando por cartas assim como nos anos setenta, ou ainda empresas utilizando

máquinas de escrever para elaborar seus relatórios e planilhas. Tudo é conectado interna ou externamente dentro das grandes corporações.

Não existe uma regra no ciberespaço que determina quando e onde elementos novos como: aplicativos, ferramentas ou até mesmo sites devem surgir, eles simplesmente são lançados e disponibilizados a todo tempo por milhares de pessoas e acabam ocasionando uma bagunça virtual. Para Regalo (2012, p.4) na linha em que estamos refletindo, as telecomunicações geram esse novo dilúvio informacional por conta de sua expansão explosiva e caótica por seu crescimento voraz.

“A formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas as redes ganharam vida em nosso tempo transformando-se em redes de informações energizadas pela Internet. As redes têm vantagens extraordinárias como ferramentas de organização em virtude de sua flexibilidade e adaptabilidade inerentes, características essenciais para se sobreviver e prosperar num ambiente em rápida mutação” (CASTELLS, 2003, p. 7).

A revolução tecnológica nos trouxe uma nova percepção de rede, pois este conceito sempre esteve presente em nossa sociedade de acordo com a organização de pessoas na mesma. Hoje em dia somos movidos pela internet e passamos a nos integrar, navegar e interagir basicamente nesse mundo virtual. Essa nova sociedade que surge deve aprender a tirar proveito do que é oferecido e refletir sobre erros cometidos e impulsionar os campos econômicos, culturais, políticos e econômicos.

“Na aurora do dilúvio informacional, talvez uma meditação sobre o dilúvio bíblico possa nos ajudar a compreender melhor os novos tempos. Onde está Noé? O que colocar na arca? No meio do caos, Noé construiu um pequeno mundo bem organizado. Face ao desencadeamento dos dados, protegeu uma seleção. Quando tudo vai por água abaixo, ele está preocupado em transmitir. Apesar do salve-se quem puder geral, recolhe pensando no futuro. O dilúvio informacional jamais cessará. A arca não repousará no topo do monte Ararat. O segundo dilúvio não terá fim. Não há nenhum fundo sólido sob o oceano das informações. Devemos aceitá-lo como nossa nova condição. Temos que ensinar nossos filhos a nadar, a flutuar, talvez até a navegar. Quando Noé, ou seja, cada um de nós olha através da escotilha de sua arca, vê outras arcas, a perder de vista, no oceano agitado da comunicação digital. E cada uma dessas arcas contém uma seleção diferente. Cada uma quer preservar a diversidade. Cada uma quer transmitir. Estas arcas estarão eternamente à deriva na superfície das águas. A arca do primeiro dilúvio era única, estanque, fechada, totalizante. As arcas do

segundo dilúvio dançam entre si. Trocam sinais. Fecundam-se mutuamente. Abrigam pequenas totalidades, mas sem nenhuma pretensão ao universal. Apenas o dilúvio é universal. Mas ele é intotalizável. É preciso imaginar um Noé modesto.”(Lévy ,1998, p 14 – 15)

4 BIBLIOTECA DIGITAL, ELETRÔNICA OU VIRTUAL

Nesta seção iremos abordar os conceitos de biblioteca digital e desafios em sua construção de uma biblioteca virtual. Consultas em bibliotecas digitais, eletrônicas ou virtuais nacionais e com recursos avançados para a consulta de seus usuários também compõe as seções 4.1, 4.2 e 4.3

4.1 Conceito

Segundo Leiner (1988), uma biblioteca digital é a coleção de serviços e de objetos de informação, com organização, estrutura e apresentação que suportam o relacionamento dos utilizadores com os objetos de informação, disponíveis direta ou indiretamente, via meio eletrônico/digital. A mesma dispõem o acesso remoto através de um computador com ligação em rede e, ao mesmo tempo, a sua utilização simultânea por diversos usuários.

Borges (2002) considera que entre as designações “biblioteca eletrônica” e “biblioteca digital” estão apenas questões de terminologia e não de conteúdos ou serviços prestados enquanto Isaías (1999) esclarece que esta dificuldade de definição de conceitos tem origem dos fatos da expressão “Bibliotecas eletrônicas” ser uma designação utilizada na Inglaterra, enquanto nos Estados Unidos se designa por “Bibliotecas Digitais”.

A outra expressão comumente encontrada na bibliografia é a de “biblioteca virtual”. CAMPOS (2001) afirma que uma biblioteca virtual se define do ponto de vista da coleção evidenciando os contrastes entre uma coleção real física, vulgarmente pertencente a uma determinada instituição, e uma coleção constituída por documentos digitais (nascidos digitais e/ou digitalizados)

4.2 Web 2.0

O Termo “*Web 2.0*” foi criado em 2005, pela *O’Reilly Media*, para nomear um conjunto de conferências entre especialistas, que tratavam das características em comum das empresas ponto-com que sobreviveram a primeira crise da internet ou *Web 1.0* (aqueles que desapareceram ou foram suplantados por serviços melhorados).

Em pouco tempo essa “nova web” se disseminou, se modificou e penetrou em nossas vidas, principalmente por aqueles que tão pouco conhecem o conceito ou entendem o seu significado, aqueles que apenas queriam se aproveitar do momento e se auto rotularem, em busca de público e investimentos perdidos. Segundo O’Reilly (2005), para explicar o conceito de *Web 2.0* é necessário ter a habilidade de analisá-la menos tecnicamente e mais humanamente, por se tratar da aplicação de alguns fundamentos pensados por humanos para serviços *Web* e não necessariamente acompanhados de alguma evolução tecnológica ou padrão técnico.

4.3 Biblioteca 2.0

Revistas e outras literaturas mais tradicionais ainda tem que entender completamente o conceito, mas a aplicação do pensamento e das tecnologias *Web 2.0* aos serviços e coleções de bibliotecas tem sido amplamente enquadrada como “Biblioteca 2.0” (MILLER 2005a; 2005b). Segundo Maness (2007), a “biblioteca 2.0” é a aplicação da interação, colaboração, e tecnologias multimídia baseadas e web para serviços e coleções de bibliotecas baseados em *Web*. Denomina ainda quatro elementos essenciais para a mesma: centrada no usuário que participam na criação de conteúdos e serviços; experiência multimídia com componentes de áudio e vídeo disponíveis em coleções e serviços; socialmente rica onde a presença da biblioteca na *Web* inclui a presença dos usuários; comunitariamente inovadora com fundamento das bibliotecas como serviço comunitário, mas entende que as comunidades mudam, e as bibliotecas não só devem mudar com elas, mas permitir que os usuários mudem a biblioteca. Pois a biblioteca 2.0 é uma comunidade virtual centrada no usuário.

Com o intuito de citar alguns exemplos, como a da PUC e a ESPM do Rio de Janeiro possuem uma biblioteca 2.0 com recursos virtuais que permite o usuário interagir e participar de tudo que acontece na mesma. São eles: “Conectado” (um *blog* que publica artigos, entrevistas, vídeos e curiosidades sobre temas relevantes à nossa comunidade acadêmica e apresenta, com periodicidade, dicas culturais na cidade do Rio de Janeiro); *Facebook* (a *fanpage* da Biblioteca traz notícias, artigos, *blogs*, curiosidades, eventos e novidades da Biblioteca para curtir e participar); *Delicious* (ferramenta que reúne em um único espaço sites que são importantes para o desenvolvimento acadêmico a comunidade); *Filmow* (acevo de filmes onde também é possível deixar comentários e saber a opinião de quem já assistiu aos filmes); *Flickr* (para acompanhar exposições temáticas através do nosso *Flickr*); *Skoob* (o *Skoob* também permite que seus usuários postem comentários sobre os livros e conheçam o acervo literário); *Slideshare* (apresentações com dicas que auxiliam na elaboração de trabalhos acadêmicos); *Twitter* (acompanhe em tempo real as atualizações do conectado além de dicas de notícias, artigos e *blogs* superinteressantes).

Essa é a realidade virtual de uma biblioteca. Um lugar onde os usuários podem não apenas procurar por livros e revistas, mas interagir com uma comunidade, com um bibliotecário, e compartilhar conhecimento e entendimento com eles.

5 POLÍTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM APLICATIVOS MÓVEIS

Nesta seção irão se apresentados os conceitos de segurança da informação e comunicações; normas e padrões de segurança, apresentando a Associação Brasileira de Normas Técnicas e a ISO 27002, além de políticas de privacidade ou termos de segurança.

5.1 Segurança da informação e comunicações

Desde o início da evolução tecnológica, a segurança dos registros feitos através de redes tornou-se importante não apenas para resgatá-los ou preservá-los, mas também para protegê-los e evitar o uso indevido.

Segundo o dicionário eletrônico “Houaiss”, segurança consiste na ação ou efeito de assegurar e garantir alguma coisa, estado, qualidade ou condição de uma pessoa ou coisa que está livre de perigos, de incertezas, assegurada de danos e riscos eventuais. Portanto, segurança é o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas para que se possa assegurar a boa conduta das atividades em um determinado local.

Segundo Campos (2007) a definição de informação é ambígua e incerta, variando entre as diversas áreas de trabalho, cultura e ciências. Porém, há um consenso de que a informação é ao mesmo tempo composta de dados e componentes do conhecimento, ou seja, dados que gera uma informação que constitui o conhecimento. O conceito de informação é um conjunto organizado de dados, que constitui uma mensagem sobre um determinado fenômeno ou evento. A informação permite resolver problemas e tomar decisões, tendo em conta que o seu uso racional é a baseado conhecimento.

Segurança da informação conforme definido pela ISO/IEC 27002:2008, é a proteção contra um grande número de ameaças às informações, de forma a assegurar a continuidade do negócio, minimizando danos comerciais e maximizando o retorno de investimentos e oportunidades. Para Beal (2005), Segurança da Informação pode ser entendida como o processo de proteger informações das ameaças para garantir a sua integridade, disponibilidade e confidencialidade. Porém, Segurança da Informação não pode ser encarada como “guardar em um cofre todas as informações disponíveis”, mas sim elaborar uma boa política de proteção evitando riscos e vulnerabilidade.

A Lei 12.737, de 30 de novembro de 2012, mais conhecida como Lei Carolina Dieckmann prevê crime no Código Penal Brasileiro a “invasão de dispositivo informático alheio conectado ou não a rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa para obter vantagem ilícita”. A pena consiste de três meses a um ano de detenção e

multa. Antes dessa Lei ser criada era necessário tentar tipificar as condutas nos crimes já existentes, onde nem sempre o sucesso era recorrente.

Segundo o delegado Eduardo Luiz Cabette, do estado de São Paulo A lei ainda considera sujeito passivo do crime o titular do conteúdo de “comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou industriais ou informações sigilosas definidas em lei”. Com isso, percebe-se que pessoas jurídicas também podem ser vítimas como administrações públicas e instituições privadas. Com isso, a Lei Carolina Dieckmann representa um avanço considerável na garantia da segurança de dados no Brasil.

5.2 Normas e padrões de segurança

No Brasil, a instituição responsável por elaborar de normas e padrões técnicos é a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) desde 1940. A mesma é membro fundador da Organização Internacional de Normalização (ISO), Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT 2015) “A normalização é o processo de formulação e aplicação de regras para a solução ou prevenção de problemas, com a cooperação de todos os interessados, e, em particular, para a promoção da economia global. No estabelecimento dessas regras recorre-se à tecnologia como o instrumento para estabelecer, de forma objetiva e neutra, as condições que possibilitem que o produto, projeto, processo, sistema, pessoa, bem ou serviço atendam às finalidades a que se destinam, sem se esquecer dos aspectos de segurança”.

A partir de 2007, a nova edição da ISO/IEC 17799 foi incorporada ao novo esquema de numeração como ISO/IEC 27002, que é um código de práticas para a gestão segurança da informação. Esta norma pode ser considerada como um ponto de partida para o desenvolvimento de diretrizes e princípios gerais sobre metas geralmente aceitas para a gestão da segurança da informação. Na norma ISO/IEC 27002 a definição de controle compreende a forma de gerenciar o risco, incluindo políticas, procedimentos, diretrizes, práticas ou estruturas organizacionais, que podem ser de natureza administrativa, técnica, de gestão ou legal. Segundo Campos (2007), um controle é todo e qualquer mecanismo utilizado para diminuir a fraqueza ou a vulnerabilidade de um ativo, seja esse ativo uma tecnologia, uma pessoa, em processo ou um ambiente. De acordo com a norma ISO/IEC 27002:20008, existem 11(onze) seções de controle de segurança da informação, os quais são dispostos: políticas de segurança da informação; organização da segurança da informação; gestão de ativos; segurança em recursos humanos; segurança física e do ambiente; gerenciamento das operações e comunicações; controle de acesso; aquisição, desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação;

gestão de incidentes de segurança da informação; gestão de continuidade de negócio; conformidade.

5.3 Políticas de privacidade ou termos de segurança

De acordo com a ISO 27002:2008, sabemos que a mesma prevê “políticas de segurança da informação” através de nobreak, manutenção de acesso, privacidade de dados, além de garantir que o mesmo está seguro e íntegro.

Frequentemente, ao acessarmos um *site* ou efetuarmos um cadastro nos deparamos com os termos “Políticas de Privacidade” ou “Termos de segurança”. Pois estes também fazem parte das “políticas de segurança da informação” e são uma espécie de garantia de prestação de informações da empresa para com o usuário em relação a atuação e utilização dos dados a ela fornecidos, ou seja, uma maneira de se manter mais transparente com o usuários em relação as suas informações disponibilizadas. Segundo a Microsoft, uma das maiores empresas que desenvolvem, fabricam, licenciam, apoiam e vendem *software*, cada *site*/empresa deve manter, sempre ao alcance do usuário, seus termos e políticas no que tange a segurança e utilização para com os dados pessoais dos usuários. Nesta relação de esclarecimentos deve constar, além do que já foi citado anteriormente, assuntos como: compartilhamento das informações, esclarecimento de dúvidas referentes a cadastro, cookies, enfim, informações que comprovem o seu envolvimento e comprometimento para com o seu cliente.

Os termos e serviços nada mais são que: o contrato firmado entre você e o *site*. Ao aceitar o que dizem os termos de serviços, você está de acordo com cada linha escrita no documento que dificilmente leu ou faz ideia do que está escrito. Ou mesmo quando você lê, dificilmente entende, pois o uso de termos técnicos é predominante além dos textos serem extensos. Porém, um *site*/empresa com uma Política de privacidade demonstra transparência para seus clientes porque denota tudo o que pode e irá acontecer com suas informações, além de adquirir credibilidade junto aos visitantes.

Ainda de acordo com o que a Microsoft lista em seu *site* no Brasil, algumas dicas e ferramentas indispensáveis para a construção de uma política de privacidade. A seguir se destacam algumas dessas dicas:

- O primeiro passo ao conceber uma política de privacidade eficiente e detalhada é revisar quais parâmetros de privacidade já podem estar em vigor. Verifique que tipo de dados você recebe, como eles são recolhidos, onde são armazenados e outros elementos pertinentes a informações pessoais.

- Determine antecipadamente qual a legislação aplicável. O que você vai incluir na sua política de privacidade pode não depender só de você. Assim como aumentou a preocupação das pessoas com a privacidade, também aumentou a regulamentação formal por parte do governo determinando que elementos certas políticas de privacidade precisam conter.
- Informe explicitamente aos clientes como você usará as informações deles. Lide com aqueles problemas que você não é obrigado a mencionar mas é do seu interesse levantar.
- Peça a um advogado ou especialista em privacidade, se necessário, para redigir ou revisar sua política. Já tendo a noção do que você quer incluir “e o que legalmente deve ser incluído” numa política de privacidade, comece a pôr tudo no papel. Você pode tentar redigir uma política de privacidade por si próprio. Se você fizer isso, é bom que um advogado ou especialista em assuntos de privacidade revise tudo para descobrir eventuais furos. Do mesmo modo, você pode delegar a tarefa a um advogado ou especialista em privacidade.
- Não se esqueça dos empregados em sua política de privacidade. Para muitos, políticas de privacidade destinam-se exclusivamente a usuários e clientes. Mas pode ser importante ter também parâmetros escritos sobre como usar as informações pessoais de seus empregados. Algumas empresas preferem construir parâmetros de privacidade de empregados no mesmo documento que trata dos clientes.
- Nomeie um funcionário para supervisionar a privacidade de forma permanente. A privacidade é um problema de muita relevância. E isso, por sua vez, exige atenção permanente da sua parte. Se a sua empresa tem uma equipe pequena, isso significa acrescentar a privacidade às responsabilidades já existentes de um funcionário.
- Seja coerente com o seu próprio discurso. Um elemento final de uma política de privacidade eficiente é mais importante que o papel em que é escrita. Se e quando você tem uma política em vigor, mova céus e terras para garantir que seus empregados a sigam à risca. De novo, um funcionário encarregado só da privacidade pode facilitar essa tarefa.

6 METODOLOGIA DE PESQUISA

Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizada pesquisa exploratória qualitativa para fundamentar os conceitos e temas que serão abordados no trabalho; Tecnologia da Informação; Segurança da Informação; Bibliotecas Digitais, Virtuais e Eletrônicas. Foi realizada por meio de

seleção os aplicativos para dispositivos móveis, busca na base de dados de aplicativos da Apple, a Apple Store, utilizando termos que recuperassem aplicativos com a funcionalidade de biblioteca virtual. Uma vez selecionados os aplicativos, suas políticas de privacidade foram analisadas, frente às normas ISO/ABNT 27002. As fases da pesquisa são descritas a seguir.

Escolheu-se fazer uma busca com termos que recuperassem aplicativos que representassem bibliotecas virtuais em que seus usuários encontrem uma base com livros, periódicos para consulta a qualquer momento, realizassem empréstimos *online*, pesquisas entre outros. O primeiro termo para recuperar resultados foi “biblioteca”, onde o retorno encontrado foram de vinte e três resultados com a sua grande maioria irrelevante para a pesquisa. Mesmo assim, conseguiu-se resgatar os três primeiros resultados conforme a relevância dos aplicativos mais procurados na Apple Store. Ao efetivar-se a segunda busca, optamos pelo termo “biblioteca digital”, onde os resultados encontrados não foram satisfatórios, pois os aplicativos eram baseados em bibliotecas especializadas ou em outros idiomas. A terceira e última busca foi realizada com o termo “biblioteca virtual” onde Foi possível obter aplicativos baseados em bibliotecas físicas que utilizavam o aplicativo para que seus usuários consultassem o acervo ou imagens das bibliotecas, além de aplicativos voltados para reprodução de áudio *books*.

A partir dos resultados recuperados nas três etapas de busca optou-se por trabalhar com os (3) aplicativos mais procurados, ou seja, aqueles que obtinham o maior número de downloads dentro da Apple Store. Pois a intenção da pesquisa é atingir o maior número de usuários que procurem este serviço a fim de saber se suas informações disponibilizadas estão seguras.

A partir desses 3 aplicativos, a próxima etapa da pesquisa consistiu em ler e avaliar as políticas de privacidade desses aplicativos considerando as recomendações descritas nas normas ISO/ABNT 27002, dando maior ênfase as questões de segurança da informação

A seguir foi elaborado um quadro comparativo de acordo com as cinco seções aplicáveis encontrada na ISO 27002.

Na próxima seção, veremos a descrição dos aplicativos selecionados conforme os critérios estabelecidos e os dados comparativos da pesquisa.

7 OS DISPOSITIVOS MÓVEIS

Nesta seção iremos apresentar e descrever as funções dos aplicativos móveis de biblioteca recuperados conforme a busca descrita na seção “Metodologia da Pesquisa”.

Biblioteca Virtual Universitária 3.0

Este aplicativo é o primeiro que aparece na apresentação de resultados. A seguir apresenta-se a descrição na Apple Store para o aplicativo:

“A Biblioteca Virtual disponibiliza acesso a um acervo digital com mais de 1.800 títulos em mais de 40 áreas de conhecimento, como administração, *marketing*, engenharia, economia, direito, letras, computação, educação, medicina, enfermagem, psicologia, psiquiatria, gastronomia, turismo e outras. Além da leitura digital dos livros, a plataforma oferece aos usuários um conjunto de funcionalidades que enriquecem a experiência de leitura. Alguns exemplos: Seleção de livros favoritos; Anotações eletrônicas nas páginas; Compartilhamento de conteúdo em redes sociais (*Facebook* e *Twitter*); Disponibilidade de acesso 24 horas, 7 dias por semana e muito mais!”. (<https://itunes.apple.com/br/app/biblioteca-virtual-niversitaria/id525427240?mt=8>)

O aplicativo Biblioteca Virtual 3.0 é um dos mais baixados e oferece resultados satisfatórios para seus usuários, segundo as opiniões postadas na Apple Store.

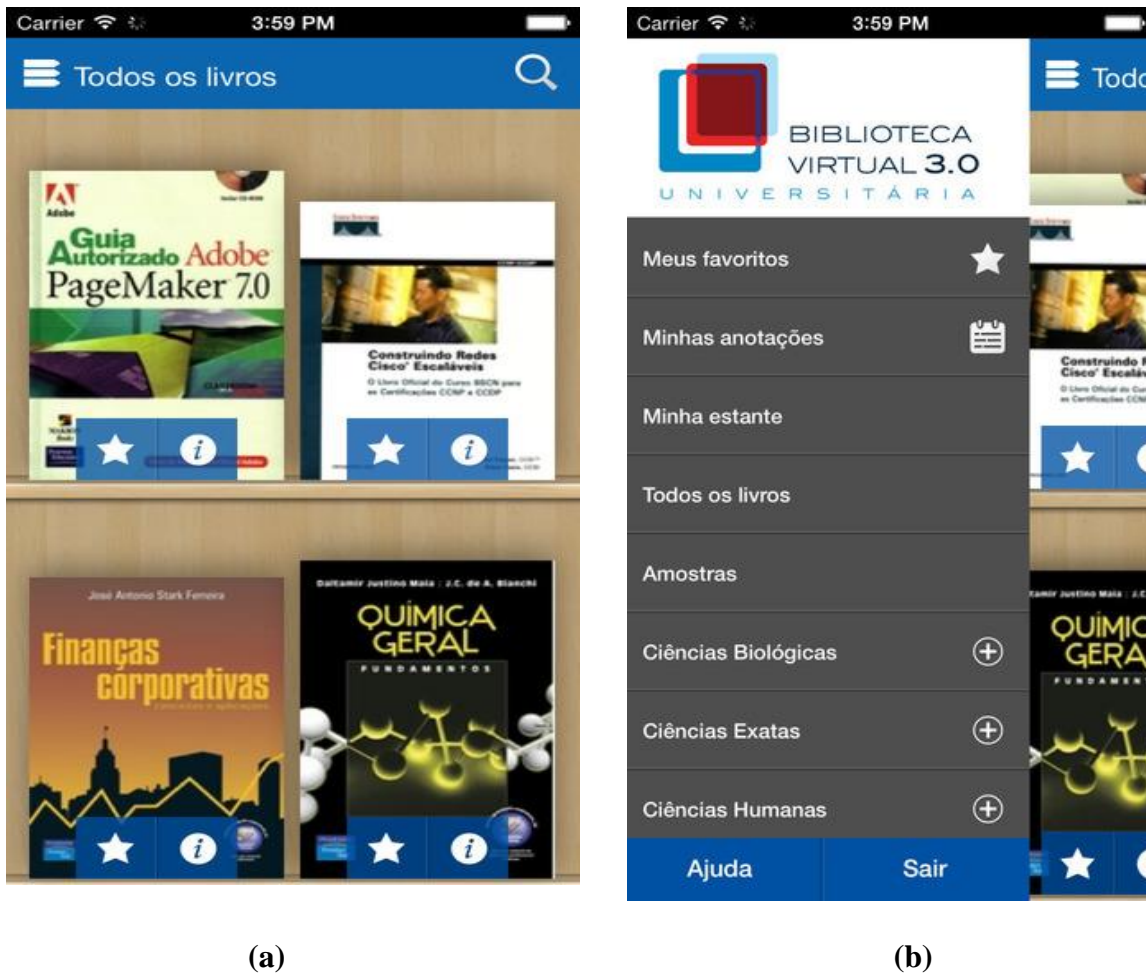


Figura 1 - Aplicativo Biblioteca Virtual 3.0. Na figura 1 são apresentados a interface dos aplicativos com alguns itens que estão disponíveis (a), e em destaque o seu menu com várias opções (b)

Fonte: <https://itunes.apple.com/br/app/biblioteca-virtual-niversitaria/id525427240?mt=8>

Livros em Português

Este aplicativo é o segundo na posição de resultados recuperados. Segue a descrição encontrada na Apple Store:

“algumas das principais características do nosso aplicativo de armazenamento são: Filtrar por texto e livros de áudio; Seção de promoções; Pesquisa avançada; Customizável *Library*; Informações detalhadas sobre cada título; novos livros por semana; Operação *off-line*; Jogue áudio em segundo plano. Pode contactar-nos por e-mail info@libromovil.es. Todas as sugestões e comentários serão considerados para futuros

lançamentos.”(<https://itunes.apple.com/br/app/livros-em-portugues/id571930730?mt=8>)

O aplicativo “Livros em Português” apresenta boas opiniões de seus usuários, além de ferramentas como “áudio livros” e busca especializada dentro do aplicativo.



Figura 2 – Aplicativos Livros em Português. Na figura 2, pode-se observar os livros mais populares e mais vistos pelos usuários (a), além de disponibilizar o próprio menu do usuários com seus livros obtidos (b).

Fonte: <https://itunes.apple.com/br/app/livros-em-portugues/id571930730?mt=8>

Biblioteca do Evangelho

Este é o terceiro aplicativo que aparece nos resultados recuperados. Na Apple Store, encontramos a seguinte descrição: "a Biblioteca do Evangelho é o aplicativo de estudo do evangelho de A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. A biblioteca inclui as escrituras, revistas da Igreja, vídeos, gravações de áudio, arte do evangelho e muito mais.

Aplicativo de Biblioteca especializado na Igreja de Jesus Cristo Dos Santos dos Últimos Dias onde são disponibilizados livros, escrituras e passagens religiosas. O aplicativo também apresenta uma opinião satisfatória de seus usuários.

Figura 3 – Aplicativo Biblioteca do Evangelho. Na figura 3 podemos observar a biblioteca disponível para o usuário (a), e também o menu de configurações do aplicativo (b).

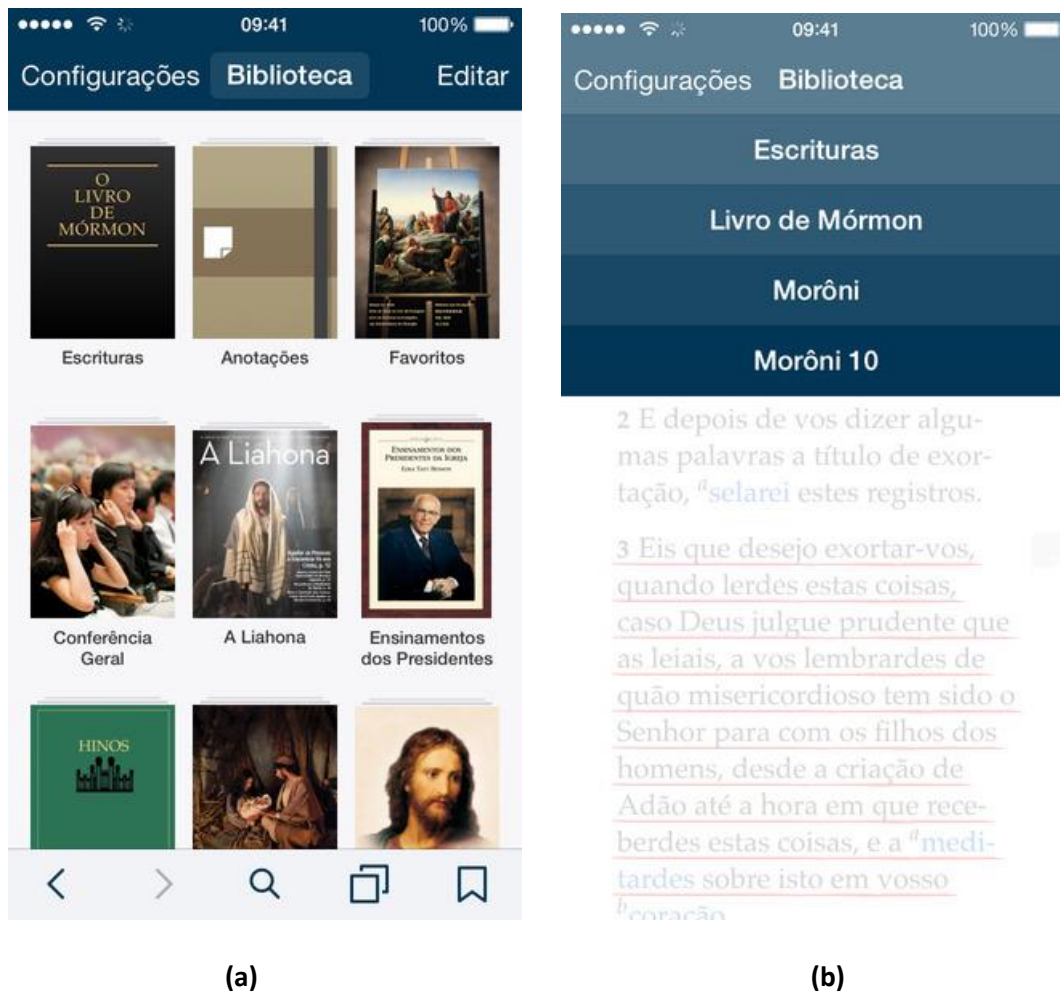


Figura 3 – Aplicativo Biblioteca do Evangelho. Na figura 3 podemos observar a biblioteca disponível para o usuário (a), e também o menu de configurações do aplicativo (b).

Fonte: <https://itunes.apple.com/br/app/biblioteca-do-evangelho/id598329798?mt=8>

8 Políticas de Privacidade

Nesta seção iremos exibir as Políticas de Privacidade de cada aplicativo apontado na seção anterior.

Biblioteca Virtual Universitária 3.0

Como podemos observar em anexo, o Aplicativo Biblioteca Virtual Universitária 3.0 retrata uma seção na Apple Store somente para Políticas de Privacidade, entretanto, ao clicarmos no link exibido, o mesmo nos remete a uma página onde encontrasse a mesma versão da “descrição” do aplicativo também disponibilizada na Apple Store. Essa situação retrata um completo descanso ao consumidor e às garantias à privacidade dos dados dos usuários. Uma vez que um dos aplicativos do nicho de bibliotecas virtuais mais baixados na Apple Store não apresenta nenhum tipo de política de privacidade ou pelo menos não expõe a mesma para seus usuários. Com isso, qualquer incidente que venha acontecer com as informações disponibilizadas ficaria mais grave diante da não existência de uma Política de Privacidade.

Livros em Português

No aplicativo Livros em Português, conforme em anexo, nos deparamos com uma política de privacidade inteira escrita em inglês, apesar do aplicativo ser em português. Isso demonstra indiferença perante aos usuários brasileiros. Pois embora o Inglês seja uma língua universal, nem todos os usuários desse aplicativo possuem total domínio do idioma ou se quer compreendem algo do mesmo, tornando assim a política inadequada e incompreensível.

Biblioteca do Evangelho

Este aplicativo apresenta uma Política de Privacidade bem abrangente e esclarecedora para os usuários, disponibilizada em anexo. É dividida em seções, para facilitar, e sua linguagem é de fácil compreensão. O aplicativo demonstra interesse em auxiliar seus usuários a entenderem o que e como está sendo protegido além de dispor somente comentários positivos nas avaliações feitas pelos mesmos na Apple Store.

9 RESULTADO DA PESQUISA

Nesta seção vamos observar se os aplicativos descritos anteriormente atendem as normas da NBR ISO/IEC 270022013. De acordo com a NBR ISO/IEC 270022013 (Tecnologia da Informação – Técnicas de segurança – Código de prática para a Gestão da Segurança da Informação) o objetivos de controle desta norma tem como finalidade atender aos requisitos identificados por meio de análise/avaliação de riscos. A mesma apresenta onze seções de controles de Segurança da Informação onde a seção contém um número de categorias principais de segurança da informação. Das onze seções desta norma: Política de Segurança da Informação; Organizando a Segurança da Informação; Gestão de Ativos; Segurança em Recursos Humanos; Segurança Física e do Ambiente; Gestão de Operações e Comunicações; Controle de Acesso; Aquisição, Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Informação; Gestão de Incidentes de Segurança da Informação; Gestão da Continuidade do Negócio; Conformidade. Entretanto iremos avaliar somente cinco: política de segurança da informação; gestão de operações e comunicação; controle de acesso; aquisição, desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação; gestão de incidentes de segurança da informação; que atendem as necessidades da pesquisa realizada encontrados no quadro abaixo:

9.1 QUADRO DE ANÁLISE

	Biblioteca Virtual Universitária	Livros em Português	Biblioteca do Evangelho
Política de Segurança da Informação	Não Atende	Atende	Atende
Gestão de Operações e Comunicações	Atende	Atende	Atende
Controle de Acesso	Atende	Atende	Atende
Aquisição, Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Informação	Não Atende	Atende	Não Atende
Gestão de Incidentes de Segurança da Informação	Atende	Atende	Atende

Fonte: Quadro de Análise elaborado pelo autor

10 ANÁLISE DE RESULTADOS

A parti do quadro apresentado na seção anterior podemos analisar os aplicativos encontrados de acordo com as seis seções avaliadas do controle de segurança descrito na norma NBR ISO/IEC 27002:2013. São elas: A Política de Segurança da Informação “proporciona uma orientação e apoio da direção para a segurança da informação de acordo com os requisitos do negócio e com as leis e regulamentos relevante. A Política necessita ser clara, demonstrar apoio e comprometimento com a segurança da informação e incluir toda a organização”. A partir desta descrição da norma, decidiu-se avaliar apenas um item da Política de Segurança da Informação: a política de privacidade. E observa-se que apenas dois dos três aplicativos analisados contém a mesma, apesar de uma delas estar disponibilizada em outro idioma (inglês), o que dificulta sua interpretação por usuários que não dominam a língua, encontrada no aplicativos “Livros em Português”. A política de privacidade do aplicativo “Biblioteca do Evangelho” disponha de uma linguagem de fácil compreensão e está dividida em várias seções para melhor esclarecer seu usuário.

O Gerenciamento das operações e comunicações, segundo a norma, analisa os procedimentos e responsabilidades pela gestão e operação de todos os recursos de processamento das informações precisam estar definidos. Isso inclui a segregação de áreas; o monitoramento e análise crítica de serviços terceirizados; o planejamento e aceitação dos sistemas; a proteção contra códigos maliciosos e códigos móveis; a geração de cópias de segurança; o gerenciamento da segurança em redes; o manuseio, controle e proteção das mídias; a troca de informações entre organizações e internamente. Com isso, iremos aferir apenas a segregação de áreas dentro do aplicativo e o planejamento e aceitação dos sistemas pelos usuários a partir dos comentários registrados na Apple Store. Os três aplicativos apresentam resultados satisfatórios tanto a aceitação do sistema simples e objetivo encontrados em cada um quanto a segregação de áreas como: busca, configurações, meus livros e cadastro.

Controle de Acesso aferido na norma informa que a organização necessita controlar o acesso à informação, aos recursos de processamento das informações e aos processos de negócio. Isso inclui a política de controle de acesso; o registro dos usuários; o gerenciamento de privilégios; a concessão de senhas; a análise crítica dos direitos de acesso; a seleção e uso adequado de senhas; o controle de acesso à rede; o controle de acesso à aplicação e à informação; e o controle do uso da computação móvel e dos recursos de trabalho remoto. Aferiu-se que os aplicativos utilizam-se de duas formas diferentes de controlar seus acessos: através de um login e senha dentro do aplicativo, onde o mesmo é cobrado toda vez que abre-se o aplicativo dentro do dispositivo móvel instalado ou através do próprio login e senha da Apple Store designado para

todos os usuários da mesma. Os aplicativos “Livros em Português” e “Biblioteca do Evangelho” utilizam-se apenas do login da Apple Store para controlar seu acesso e realizar compras dentro do aplicativo. Já o aplicativo Biblioteca Virtual 3.0” estrutura-se de um próprio cadastro realizado pelo usuário para acessar o aplicativo.

No item Aquisição, Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Informação a norma indica que esse fator inclui os requisitos de segurança dos sistemas operacionais, da infraestrutura, das aplicações de negócios, dos produtos de prateleira, dos serviços e das aplicações desenvolvidas pelos usuários; o processamento correto nas aplicações; o uso dos controles criptográficos; o acesso aos arquivos de sistema e aos programas de código fonte; a segurança e controle dos ambientes de projeto e de suporte; e a gestão das vulnerabilidades técnicas. Entretanto, iremos avaliar somente a segurança da informação das aplicações de negócios e produtos das prateleiras, ou seja, o que é comercializado dentro do aplicativo e de que maneira isso procede. Os aplicativos “Biblioteca Virtual 3.0” e “Biblioteca do Evangelho” não apresentam compras dentro do aplicativo, pois seu conteúdo é inteiramente grátis não se aplicando a esta avaliação. Já o aplicativo “Livros em Português” reuni basicamente todo seu conteúdo em compras feitas através de cartões de créditos cadastrados e inseridos nas informações oferecidas a Apple Store para o registro de cada usuário.

Na parte que compõe Gestão de Incidentes de Segurança da Informação a norma cita que esse fator inclui o “estabelecimento de procedimentos formais de registro e escalonamento dos incidentes; e a definição de responsabilidades e procedimentos para o manuseio efetivo de eventos de segurança e fragilidades, incluindo um processo de melhoria contínua”. Contudo, iremos analisar o relato de incidentes e o processo de melhorias contínuas dos aplicativos. Constatou-se que todos os aplicativos cotejados, além de todos os aplicativos oferecidos pela Apple Store despojam-se de um segmento chamado “opiniões” onde seus usuários podem expor seus problemas com as aplicações através de relatos do quem vem acontecendo conforme a atualização de cada aplicativo. Cabe assim aos responsáveis avaliar as situações descritas neste item e providenciar melhorias aos seus aplicativos.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na medida em que surgem novas tecnologias, a evolução e grandes transformações numa velocidade estonteante, com uma dificuldade tamanha de se conseguir acompanhar tais mudanças, o ser humano não fica atrás devido sua enorme capacidade de inteligência e sobretudo criatividade. O ambiente parcial que transcende os computadores, dispositivos, equipamentos mecânicos e eletrônicos, com suas mais modernas arquiteturas, plataformas, autenticações dentre inúmeras formas de garantir mais segurança à informação, ainda não são e com certeza não serão tão cedo, a solução definitiva para conter o ímpeto curioso, criativo, astuto e surpreendente do cérebro humano.

Não existe ao certo um meio milagroso que defina como totalmente seguro ambiente de trabalho que manipule informação. Fica como medida para dificultar a entrega destas informações, as condutas, os treinamentos, os hábitos além é claro da atenção e responsabilidade que se deve ter, ao manipular, transmitir ou descartar informações, sejam elas importantes ou não. Contudo, ter em mente que se obter profissionais aptos a saberem trabalhar com esta segurança que as informações merecem ter, assim como fazer com que as pessoas que trabalhem com algum meio tecnológico principalmente, sejam envolvidas a interagirem, participando das responsabilidades quanto as condutas ao tratamento das informações que manipulam. É um investimento a ser aplicado e não simplesmente mais uma despesa a ser adicionada.

No estudo realizado com os aplicativos de biblioteca, podemos notar que apesar de existir uma grande fragilidade quanto a segurança do acesso e ao obter *downloads* disponibilizados por outras redes desconhecidas, a maioria dos aplicativos atendem as seções avançadas. A segurança das informações de cada usuário está comprometida a partir do momento em que seu dispositivo móvel se encontrará nas mãos de terceiro. Com isso a importância a ser dada as mesmas deve ser vista como prioridade tendo como referência variáveis formas tênues de acesso.

Para que o ambiente dos aplicativos de biblioteca estudados sejam mais seguros, é necessário atender todas as seções da ISO27002:2013 aplicáveis aos mesmos. Assim o usuário poderá ter mais confiança em obter o aplicativo em seus dispositivos móveis sabendo que suas informações estão seguras.

Referências

APPLE Brasil. Disponível em: <<http://store.apple.com/br>>. Acesso em: 12 nov. 2014

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISSO/IEC 27002**: Tecnologia da informação, técnicas de segurança: código de prática para controles de segurança da informação. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=306582>>. Acesso em: 13 maio 2015.

ASSOREIRA, P.; MOURÃO, C. **Bibliotecas digitais**. Disponível em: <http://homepage.ufp.pt/lmbg/formacao/trabs/biblioteca_digital2.pdf>. Acesso em: 28 set. 2015.

BEAL, A. **Segurança da Informação**: princípios e melhores práticas, 2005.

BORGES, A. **Lei Carolina Dieckmann - Lei nº. 12.737/12, art. 154-a do Código Penal**. Disponível em: <http://abimaelborges.jusbrasil.com.br/artigos/111823710/lei-carolina-dieckmann-lei-n-12737-12-art-154-a-do-codigo-penal>

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Biblioteca digital**: bibliografia internacional anotada. Ciência da Informação, Brasília, v. 26, n. 2, 1997.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Desafios na construção de uma biblioteca virtual**. Ciência da Informação, Brasília, v. 28, n. 3, 1999.

EXIN. **Information security foundation (based on iso/iec 27002)**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=10&cad=rja&uact=8&ved=0CFgQFjAJahUKEwj6lKX-3JzIAhULjZAKHeNpDbk&url=https%3A%2F%2Fwww.exin.com%2FPT%2Fpt%2Fexames%2F%26exam%3Dinformation-security-foundation-based-on-iso%2Fiec-27002&usg=AFQjCNEVAEzi5poh-zvRnNMO9SLQV5wspA&sig2=EdWl6aTQPvml8MtenA6gQ&bvm=bv.103627116,d.Y2I>>. Acesso em: 13 maio 2015.

IBICT. **Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (bdtd)**. Disponível em: <<http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/biblioteca-digital-Brasileira-de-teses-e-dissertacoes-bdtd>>. Acesso em: 15 maio 2015.

ISAÍAS, P. **Bibliotecas digitais**. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.

ITUNES. **Biblioteca do evangelho**. Disponível em: <<https://itunes.apple.com/br/app/biblioteca-do-evangelho/id598329798?mt=8>>. Acesso em: 28 set. 2015
ITUNES. **Biblioteca virtual universitária**. Disponível em:

<<https://itunes.apple.com/br/app/biblioteca-virtual-universitaria/id525427240?mt=8>>. Acesso em: 28 set. 2015.

ITUNES. **Livros em português.** Disponível em: <<https://itunes.apple.com/br/app/livros-em-portugues/id571930730?mt=8>>. Acesso em: 28 set. 2015.

KASPERSKY. **Tecnologias de segurança para dispositivos móveis e iniciativas byo.**

Disponível em:

<http://brazil.kaspersky.com/sites/brazil.kaspersky.com/files/5147/job_2633peca_Security_Tech_for_mobile_BYOD_whitepaper_portugues_web.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

LEVY, Pierre. **A inteligência coletiva.** São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LEVY, Pierre. **A máquina universo.** Porto Alegre: ArtMed, 1998.

LEVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência:** o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: 34, 1997.

MANDARINO JUNIOR, R.; CANONGIA, C. **Livro verde:** segurança cibernética no Brasil. Brasília: Gabinete de Segurança institucional, Departamento de Segurança da informação. 2010.

MANESS, Jack M. Teoria da Biblioteca 2.0: web 2.0 e suas implicações para as bibliotecas. Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.17, n.1, p.43-51, jan./abr., 2007

MILLER, P. (2005a). **Do libraries matter?:** The rise of library 2.0 (A Talis White Paper), Talis. Disponível em: <http://www.talis.com/downloads/white_papers/DoLibrariesMatter.pdf>.

MILLER, P (2005b). *Web 2.0: building the new library.* **Ariadne**, 45 (October, 2005). Disponível em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue45/miller/>>.

O'REILLY, Tim. **What Is Web 2.0:** Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software. O'Reilly Publishing, 2005.

OHIRA, M. L. B.; PRADO, N. S. Bibliotecas virtuais e digitais: análise de artigos de periódicos brasileiros (1995/2000). **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 61-74, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a07v31n1>>. Acesso em: 15 maio 2015.

PINAGÉ, C. de A. C. **Um estudo sobre a produção cibercultural do blog da inteira a partir dos programas de cibercultura propostos por Pierre Lévy.** 2013. 15 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Curso de Especialização em Jornalismo Digital, Faculdade Internacional de Curitiba, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.funarte.gov.br/encontro/wp-content/uploads/2011/08/UM_ESTUDO_SOBRE_A_PRODU%C3%87%C3%83O_CIBERCULTURAL_DO_BLOG_DA_INTEIRA_.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

SÊMOLA, M. **Gestão na segurança da informação**: uma visão executiva. São Paulo: Campus. 2003

TEIXEIRA, R. R. Árvores de saúde: uma conversa com Pierre Lévy. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 3, n. 4, p. 143-156, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32831999000100012>. Acesso em: 20 abr. 2015.

ANEXO A

Política de Privacidade do aplicativo Biblioteca Virtual 3.0:

Com a união e apoio das prestigiadas editoras Pearson, Manole, Contexto, IBPEX, Papyrus, Casa do Psicólogo, Ática, Scipione, Companhia das Letras, *Educs*, *Rideel*, *Jaypee Brothers*, *Aleph* e *Lexikon* a Biblioteca Virtual Universitária vem crescendo continuamente no mercado e, em virtude do sucesso e da credibilidade alcançados, hoje essa ferramenta de estudo e pesquisa tornou-se indispensável para mais de um milhão de usuários.

A Biblioteca Virtual disponibiliza acesso a um acervo digital a milhares de títulos em mais de 50 áreas de conhecimento, como administração, *marketing*, engenharia, economia, direito, letras, computação, educação, medicina, enfermagem, psicologia, psiquiatria, gastronomia, turismo e outras.

Além da leitura digital dos livros, a plataforma oferece aos usuários um conjunto de funcionalidades que enriquecem a experiência de leitura. Alguns exemplos: acesso em tablets (*iPad* e sistema *Android*); Seleção de livros favoritos; Anotações eletrônicas nas páginas; Compartilhamento de conteúdo (*Facebook*, *Twitter*, *Likedin* e por *e-mail*); Impressão de páginas; Descontos especiais para compra da versão impressa dos livros; Disponibilidade de acesso 24 horas, 7 dias por semana; Acessibilidade para deficientes visuais

ANEXO B

Política de Privacidade do aplicativo Livros em Português:

What information do we collect?

We collect information from you when you subscribe to our site, send us a mail or when our application does a request to our server. When registering on our site, as appropriate, you may be asked to enter your: name and e-mail address. You may, however, visit our site anonymously.

What do we use your information for?

Any of the information we collect from you may be used in one of the following ways: To personalize your experience (your information helps us to better respond to your individual needs); To improve customer service (your information helps us to more effectively respond to your customer service requests and support needs); To process transactions Your information, whether public or private, will not be sold, exchanged, transferred, or given to any other company for any reason whatsoever, without your consent, other than for the express purpose of delivering the purchased product or service requested; To send periodic emails. The email address you provide may be used to send you information, respond to inquiries, and/or other requests or questions.

Do we disclose any information to outside parties?

We do not sell, trade, or otherwise transfer to outside parties your personally identifiable information. This does not include trusted third parties who assist us in operating our application and website, conducting our business, or servicing you, so long as those parties agree to keep this information confidential. We may also release your information when we believe release is appropriate to comply with the law, enforce our site policies, or protect ours or others rights, property, or safety.

Changes to our Privacy Policy

If we decide to change our privacy policy, we will post those changes on this page.

Contacting Us

If there are any questions regarding this privacy policy you may contact us using the information below.

<http://www.libromovil.es>

info@libromovil.es

ANEXO C

Política de Privacidade do aplicativo Biblioteca do Evangelho:

A privacidade de suas informações pessoais é importante para A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e respectivas entidades jurídicas afiliadas (conjuntamente denominadas “a Igreja”, “nós” e termos semelhantes, nesta política). Esta Política de Privacidade é uma declaração geral que descreve como coletamos, utilizadores em nossos *Websites* ou aplicações internet (denominados “*sites*”). Esforçamo-nos por coletar, utilizar e divulgar as informações pessoais de uma forma que esteja em conformidade com as leis dos países onde as coletamos. Esta Política de Privacidade aplica-se a este site, que pertence e é operado pela Corporação do Presidente da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, pela Corporação do Bispo Presidente da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias ou pela *Family Search International* (conforme indicado especificamente na primeira página do nosso *Website*).

Em algumas jurisdições, a Política de Privacidade das entidades afiliadas da Igreja poderá incluir provisões específicas que visam garantir o cumprimento das leis locais aplicáveis. Sempre que se considere necessária uma provisão separada, forneceremos uma notificação adicional ao utilizador. Os utilizadores podem visitar a maior parte dos nossos sites sem fornecer quaisquer informações pessoais. Nos casos em que solicitamos informações pessoais, regemo-nos pelos seguintes princípios de privacidade, no que se refere à forma como as coletamos, utilizamos, divulgamos, transferimos e guardamos.

Práticas de Privacidade do aplicativo Biblioteca do Evangelho

1. Coleta de Informações. Quando um utilizador cria uma Conta SUD, quer diretamente quer através do *site Family Search*, registra uma conta num dos nossos sites, adiciona informações de perfil ou executa ações semelhantes, podemos coletar ou obter do utilizador ou dos respectivos registos de membro (se aplicável) informações como, por exemplo, e sem limitações, nome, endereço, *e-mail*, número de telefone, fotografia, contato ou preferências de perfil e informações sobre a unidade da Igreja. Podemos igualmente recolher informações que o dispositivo internet ou *Web browser* do utilizador envie sempre que este visite um dos nossos *sites*, incluindo um endereço IP (Protocolo Internet).

2. Utilização de Informações Pessoais. Poderemos utilizar as informações pessoais que os utilizadores nos forneçam para (a) nos permitir contactá-los, (b) atender pedidos que nos façam, (c) pedir-lhes comentários voluntários sobre as funções ou o conteúdo do nosso *Website* ou (d)

nos ajudar a cumprir a nossa missão. Também poderemos utilizar as informações pessoais dos utilizadores para fins internos, incluindo auditorias, análises de dados, resolução de problemas e investigação. Além disso, poderemos utilizar tanto as informações pessoais que os utilizadores nos forneçam como aquelas que nos sejam enviadas pelos respectivos navegadores (consulte a secção 10, abaixo) para detectar utilizadores que pareçam estar a prejudicar os nossos sites ou para personalizar a experiência dos utilizadores nos nossos *sites*. Se as informações dos utilizadores forem utilizadas para qualquer finalidade que não seja uma das indicadas acima, informá-los-emos e obteremos o seu consentimento, se a lei assim o exigir. De tempos a tempos, também poderemos informar os utilizadores da possibilidade de iniciar ou abandonar o uso de determinadas funções.

3. Utilização da Informação de Membro da Igreja. Se é membro da Igreja, as suas informações gerais de membro (por exemplo, nome, endereço e número de telefone) e outras informações que pode optar por fornecer (tais como e-mail, fotografia, etc.) poderão ser partilhadas com membros da Igreja da sua congregação ou área e estado ou distrito para fins internos da Igreja, depois de ter dado o seu consentimento, se a lei assim o exigir. Algumas das suas informações também poderão estar disponíveis para consulta numa base limitada e restrita, nos nossos *sites* da internet, incluindo em LDS.org. Poderá cancelar a partilha de informações ou limitar as informações opcionais que partilhe, modificando as preferências do seu perfil nos *sites* individuais. Além disso, as suas informações de membro, incluindo os seus contatos pessoais, poderão ser partilhadas com a liderança da Igreja, para fins internos da Igreja.

4. Submissão de Conteúdos. Em alguns dos nossos *sites*, você poderá fornecer os seus próprios conteúdos e comentários, em áreas seleccionadas. Alguns dos conteúdos submetidos são privados e não podem ser visualizados por outros utilizadores (por exemplo, notas pessoais *online*, diários ou funções semelhantes). Contudo, outros conteúdos submetidos podem ser tornados públicos, para poderem ser visualizados por outros utilizadores (por exemplo, testemunhos escritos ou comentários *online* inseridos em áreas seleccionadas dos nossos *sites*). Nos casos em que os conteúdos submetidos pelo utilizador sejam tornados públicos ou partilhados com outros utilizadores, pediremos ao autor o seu consentimento explícito no momento em que criar um perfil separado (por exemplo, mormon.org ou familysearch.org) ou em que carregar conteúdo (por exemplo, ao carregar vídeos ou informações genealógicas). Recomendamos aos utilizadores que sejam cautelosos ao fornecer conteúdo destinado a ser visualizado publicamente e que evitem publicar informações que possam causar danos ou

prejuízos ou conduzam ao risco de danos ou prejuízos quer para si mesmos quer para os outros. Todos os tipos de conteúdos submetidos pelos utilizadores serão guardados ou nos nossos sistemas ou nos sistemas dos nossos afiliados ou de terceiros (conforme definido na secção 7A abaixo). Embora sejam utilizadas soluções da indústria para proteger os conteúdos submetidos pelos utilizadores contra o acesso, a divulgação ou a modificação não autorizados (conforme definido na secção 8 abaixo), não podemos garantir uma privacidade completa e, em alguns casos, poderemos, ou por opção ou por obrigação legal, divulgar tais informações a terceiros, em conformidade com a secção 7 desta política. Apesar de não sermos obrigados a supervisionar os conteúdos submetidos pelos utilizadores, reservamo-nos o direito de fazê-lo por nossa única e exclusiva decisão. Reservamo-nos igualmente o direito de bloquear ou remover qualquer conteúdo que consideremos inapropriado, obsceno, indecente, lascivo, imundo, violento, acedioso, difamatório, calunioso, doloso, ilegal, ameaçador ou, de outra forma, repreensível, quer seja privado quer público. Uma vez que não revemos todos os conteúdos submetidos através de todas as funções de todos os *sites*, não podemos garantir que seremos capazes de tomar medidas de proteção caso um utilizador forneça conteúdos que divulguem informações sobre uma pessoa que seja vítima de danos ou abusos ou que esteja em risco de se tornar vítima de danos ou abusos.

Logo que tomemos conhecimento de conteúdo que consideremos ser ofensivo ou suscetível de comprometer a privacidade das informações pessoais ou confidenciais do utilizador ou de outra pessoa, envidaremos esforços de boa-fé no sentido de bloquear ou remover tal conteúdo.

5. Retenção. Retemos as informações pessoais recolhidas e conteúdos submetidos durante um período de tempo razoável para cumprir a finalidade da coleta, após o que os eliminamos dos nossos registos, à exceção de informações históricas limitadas dos perfis, registos gerais de genealogia e informações sobre membros retidas como parte de um registo genealógico permanente ou histórico da Igreja.

6. Acesso. Esforçamo-nos por assegurar a precisão das informações pessoais e confiamos nos utilizadores para garantirem que as suas informações pessoais estão completas e corretas. Os utilizadores podem verificar, corrigir ou modificar as suas informações pessoais através do registo específico do *Website*, do seu perfil ou da sua Conta SUD, conforme o que seja aplicável.

No caso de utilizadores que sejam membros da Igreja, algumas das suas informações pessoais só poderão ser atualizadas alterando o respectivo registo de membro da Igreja. Para

efetuar tais alterações, é necessário contatar o secretário da congregação a que pertence e solicitar a alteração. Caso surjam problemas ao modificar ou atualizar informações pessoais, os utilizadores podem contatar-nos enviando-nos uma mensagem e-mail para DataPrivacyOfficer@ldschurch.org. Faremos todo o possível para responder às mensagens de e-mail que recebermos no prazo de 30 dias. Se não conseguirmos dar resposta a um pedido no prazo de 30 dias ou não pudermos facultar o acesso às informações solicitadas, explicaremos os motivos.

7. Compartilhamento e Divulgação de Informações. Consideramos que as informações pessoais dos utilizadores são confidenciais e não as venderemos a qualquer entidade. Não compartilhamos as informações pessoais dos utilizadores com qualquer outra entidade, exceto nas seguintes circunstâncias (ou em outras circunstâncias em que informemos especificamente o utilizador e obtemos o seu consentimento):

A. *Fornecedores.* Poderemos facultar informações pessoais a terceiros, para lhes permitir desempenhar funções internas a favor do utilizador (por exemplo, processamento de pagamentos, manutenção, segurança, análise de dados, alojamento, etc.). Nestes casos, os fornecedores serão obrigados por contrato a proteger as informações pessoais contra outros usos (incluindo *marketing*) ou transferências, de acordo com a presente Política de Privacidade e as normas da indústria.

B. *Entidades da Igreja.* Poderemos transferir informações pessoais a qualquer entidade afiliada à Igreja, tendo em vista o cumprimento dos objetivos da Igreja. No que se refere à transferência de informações pessoais a partir da União Europeia, baseamo-nos em contratos com cláusulas padrão entre entidades da Igreja, em conformidade com os requisitos da União Europeia. Consideramos que o fornecimento online, por um indivíduo, de informações pessoais constitui um ato afirmativo que indica o seu consentimento informado com o processamento dos dados, bem como o seu consentimento informado para permitir a transferência dos dados para os Estados Unidos da América, quando aplicável, para a finalidade especificada.

C. *Requisitos Legais.* Poderemos consultar e divulgar as informações pessoais, publicações, entradas de diário, conversas online, notas pessoais, conteúdos ou outras informações submetidas pelos utilizadores em qualquer *Website*, se acreditarmos, de boa-fé, que tal é exigido por uma intimação ou por outra ordem judicial ou administrativa, ou requerido de outra forma

pela lei. Além disso, poderemos divulgar as informações pessoais e outras informações dos utilizadores nos casos em que, de boa-fé, consideremos apropriado ou necessário fazê-lo para: evitar a violação de outros contratos; acautelar responsabilidades; proteger os direitos, a propriedade ou a segurança do *site*, de qualquer indivíduo ou do público em geral; preservar e proteger a segurança e integridade dos nossos serviços ou infraestruturas; proteger a nós mesmos e aos nossos serviços contra usos fraudulentos, abusivos ou ilegais; investigar e defender-nos contra reclamações ou alegações de terceiros; ou colaborar com forças policiais do governo.

8. Proteção das Informações. Utilizamos meios técnicos e organizacionais para proteger as informações pessoais que recebemos contra perdas, usos indevidos e alterações não autorizadas, bem como para assegurar a sua confidencialidade. Revemos regularmente os nossos procedimentos de segurança e analisamos novas tecnologias e métodos de segurança apropriados. Utilizamos igualmente tecnologia de encriptação atualizada para codificar a transmissão dos dados nas nossas páginas de início de sessão. Contudo, dado não podermos garantir a total segurança das referidas tecnologias de segurança, os utilizadores deverão ser cautelosos ao submeter informações pessoais *online*.

9. Dados de Terceiros. Quando permitido pela lei local, o utilizador poderá submeter informações pessoais de outras pessoas, incluindo dados de contato (ou seja, de um terceiro) para nos permitir entrar em contato com essa pessoa, fazer uma entrega ou, de outro modo, dar resposta ao pedido do utilizador. As informações coletadas serão utilizadas unicamente para satisfazer o pedido do utilizador. Ao fornecer informações pessoais de outra pessoa, o utilizador tem de obter primeiro o consentimento informado dessa pessoa, se tal for requerido pela lei.

Se o utilizador ou outra pessoa nos tiver fornecido os seus dados de contato pessoais e não quiser que voltemos a contactá-lo, deverá seguir os procedimentos de anulação ou cancelamento de subscrição indicados no *site*, na *newsletter*, na notificação de *e-mail*, etc. em questão.

10. Coleta Passiva de Dados: Tecnologias de Rastreo, Cookies, e GIFs Transparentes. Quando um utilizador visita qualquer um dos nossos sites, os nossos servidores ou sistemas de filtragem podem coletar informações que o respectivo *Web browser* envia sempre que se visita um *Website*. Estas informações podem incluir, entre outras, o tipo do *browser*, o sistema operacional, a preferência de idioma, qualquer página *Web* através da qual

tenha chegado ao nosso *site*, data e hora de cada pedido do visitante e informações que o utilizador tenha procurado nos nossos *sites*.

Também utilizamos *cookies* e *GIFs* transparentes para coletar informações. Um *cookie* é um pequeno elemento de dados que é utilizado para transferir informações para o disco rígido do computador ou *Web browser* do utilizador, para fins de registro. Os *cookies* são um tipo de etiqueta que permite aos nossos sites reconhecer o seu *Web browser* quando voltar a visitá-los. Os *GIFs transparentes* (também denominados *Web beacons*) são utilizados em conjunto com os *cookies* para nos ajudar a compreender como os visitantes interagem com os nossos *sites*. Um *GIF* transparente é tipicamente uma imagem transparente que é colocada num *Website*. A utilização de *GIFs* transparentes permite-nos supervisionar as ações dos utilizadores quando abrem uma página e ajuda-nos a seguir e registar as atividades de *browsers* reconhecidos. Por exemplo, com *GIFs* transparentes, podemos seguir o percurso das vistas a páginas de um *Website* e supervisionar o uso agregado e o encaminhamento de tráfego da *Web* nos nossos *sites*.

Coletamos esta informação para melhor compreender como os utilizadores usam e interagem com os nossos *sites*, com o objetivo de melhorar a sua experiência. Também poderemos partilhar estas informações com os nossos funcionários, contratados, fornecedores de serviços e entidades afiliadas, como se descreve na secção 7. Podem ser alteradas as definições do seu *browser* para que não aceite *cookies* ou peça confirmação antes de aceitar *cookies* dos *sites* que visite. Contudo, se não aceitar os *cookies*, poderá não ser possível utilizar algumas das secções ou funções dos nossos *sites*. Para saber mais sobre *cookies*, inclusive como ver a configuração deles, como gerenciá-los e apagá-los, visite www.allaboutcookies.org. Para cancelar a assinatura e não ser mais rastreado pelo *Google Analytics* em todos os *sites* que você visita, vá para <http://tools.google.com/dlpage/gaoptout>.

11. Conformidade com a Política de Privacidade e Questões Relacionadas com a Privacidade das Informações Pessoais. Dispomos de um responsável cuja função é ajudar a assegurar a conformidade desta Política de Privacidade e responder a perguntas relacionadas com a privacidade e segurança dos dados. Este responsável ajuda igualmente a formar os funcionários da Igreja em matéria de conformidade. Quaisquer perguntas relacionadas a esta Política de Privacidade ou com a segurança das informações pessoais que processamos poderão ser enviadas por correio *electrónico*, fax ou correio para o seguinte destino: Correio *electrónico*: DataPrivacyOfficer@ldschurch.org; Fax: 1-801-240-1187.

12. Privacidade das Crianças. Na maior parte dos nossos *sites*, não coletamos conscientemente informações de crianças menores de 13. Em conformidade com a lei, qualquer dos nossos sites que colete informações de crianças só o fará com o consentimento prévio explícito e informado dos respectivos pais ou tutores. Recomendamos veementemente que os menores de 18 anos peçam permissão aos seus pais antes de enviarem quaisquer informações pessoais a qualquer entidade através da internet e encorajamos os pais a ensinarem os seus filhos as práticas de utilização segura da internet.

13. Links de Terceiros. Não somos responsáveis nem pelas práticas de privacidade nem pelos conteúdos de quaisquer sites de terceiros. Para sua própria proteção, deve ler as políticas dos outros *sites* para verificar se correspondem às suas expectativas de privacidade pessoal.

14. Alterações Futuras à Política de Privacidade. Revemos regularmente esta Política de Privacidade e poderemos alterar, modificar, completar ou remover partes da mesma, conforme se torne necessário. Quaisquer alterações a esta Política de Privacidade que afetem a forma como utilizamos as informações pessoais serão comunicadas aos utilizadores neste documento ou num aviso publicado na nossa página na internet. Atualizaremos igualmente a data de revisão no fim da Política de Privacidade. Encorajamos os utilizadores a consultar esta Política de Privacidade de tempos a tempos, para se manterem a par de quaisquer alterações.

Data de Entrada em Vigor

Esta versão da Política de Privacidade entrou em vigor em 18 de março de 2014.